



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

CEP 38.490-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

PROJETO DE LEI Nº 168 /95

ESTABELECE AS DIRETRIZES GERAIS PARA A
ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA
O EXERCÍCIO DE 1996 E DÁ OUTRAS PROVIDÊN -
CIAS

O Povo do Município de Indianópolis, Esta-
do de Minas Gerais, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono e
promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - A Lei orçamentária para o exercí-
cio de 1996 será elaborada em conformidade com as diretrizes desta
Lei e em consonância com as disposições da Constituição Federal, da
Constituição Estadual, da Lei orgânica Municipal e da Lei nº 4.320
de 17 de março de 1964, no que for ela pertinente.

Art. 2º - As receitas abrangerão a receita
tributária própria, a receita patrimonial, as diversas receitas
admitidas em lei e as transferidas pela União e pelo Estado, resul-
tantes de suas receitas fiscais, nos termos da Constituição Fede-
ral.

§ 1º - As receitas de impostos e taxas
serão projetadas tornando-se para base de cálculo os valores mé-
dios arrecadados no exercício de 1995, até o mês anterior ao da
elaboração da proposta, corrigidos monetariamente até dezembro des-
te ano, levando-se em conta:

- I - a expansão do número de contri-
buintes;
- II - a atualização do cadastro técni-
co do município.

§ 2º - Os valores das parcelas transfe-
ridas pelos Governos Federal e Estadual serão fornecidos por órgãos
competente da Administração do Governo do Estado, até o dia 15 de



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

CEP 38.490-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

julho de 1995.

§ 3º - As parcelas transferidas, mencionadas no parágrafo anterior, são as constantes dos artigos 158, IV, e 159, I, b, da Constituição Federal.

Art. 3º - As despesas serão fixadas em valor igual ao da receita prevista e distribuídas em quotas segundo as necessidades reais de cada órgão e de suas unidades orçamentárias, destinando-se parcela, ainda que pequena, à despesa de capital.

Parágrafo único - O Poder Legislativo encaminhará, até o dia 15 de agosto de 1995, o orçamento de suas despesas, acompanhado de quatro demonstrativo de cálculos, de modo a justificar o montante fixado.

Art. 4º - À manutenção ao desenvolvimento do ensino será destinada parcela de receita resultante de imposto, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento).

§ 1º - Das parcelas transferidas pelos governos do Estado e da União, mencionadas no art. 2º também destinará à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, parcela não inferior a 25% (vinte e cinco por cento).

§ 2º - Sempre que ocorrer recebimento de dívida ativa proveniente de impostos, será destinada parcela de 25% (vinte e cinco por cento) à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.

Art. 5º - Até a promulgação da Lei Complementar a que se refere o art. 169 da Constituição Federal, o município não despenderá, com o pagamento de pessoal e assessores, parcela de recurso superior a 65% (sessenta e cinco por cento) do valor da receita corrente consignada na Lei do Orçamento.

Parágrafo único - As despesas com pessoal referidas no artigo abrangerão:



buscando o amanhã

Adm.: 1993 a 1996

INDIANÓPOLIS
PREFEITURA MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

CEP 38.490-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

- I - o pagamento de pessoal do Poder Legislativo, inclusive dos agentes políticos;
- II - o pagamento do pessoal do Poder executivo, incluindo-se o dos pensionistas, aposentados e dos agentes políticos.

Art. 6º - As despesas com o pessoal referidas no artigo anterior serão comparadas mês a mês com o percentual de 65% (sessenta e cinco por cento) da receita corrente, efetivamente arrecadada, através dos balancetes mensais, de modo a exercer o controle de sua compatibilidade.

Art. 7º - a abertura de crédito suplementar no orçamento dependerá da existência de recursos disponíveis e de prévia autorização legislativa.

Parágrafo único - os recursos disponíveis de que trata este artigo são aqueles referidos no art. 43, § 3º, da Lei nº 4.320/64.

Art. 8º - Sempre que ocorrer excesso de arrecadação e este for crescendo adicionalmente ao exercício, por meio de créditos suplementares e ou especial, destinar-se-á, obrigatoriamente, parcela de 25% (vinte e cinco por cento) à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, proporcionando ao excesso de arrecadação incorporado ao orçamento, quando proveniente de receita de impostos.

Art. 9º - Aos alunos do ensino fundamental obrigatório e gratuito da rede municipal será garantido o fornecimento de material didático escolar, transporte, suplementação alimentar e assistência à saúde.

§ 1º - A garantia referida no artigo não exonera o Município da obrigação de assegurar estes direitos ao aluno da rede estadual de ensino, mediante convênio celebrado com a



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

CEP 38.490-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado da Educação.

§ 2º - Será garantido transporte gratuito aos alunos que freqüentam em cidades vizinhas cursos não oferecidos pelo Município.

§ 3º - As despesas com a suplementação alimentar e assistência à saúde poderão ser computadas para satisfazer o percentual mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento), estabelecido no artigo 212, da Constituição Federal, nos termos da Instrução Normativa nº 2, de 14/2/91, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Art. 10 - Quando a rede oficial de ensino fundamental e médio for insuficiente para atender à demanda, poderão ser concedidas bolsas de estudo para o atendimento suplementar pela rede particular local ou da localidade mais próxima.

Art. 11 - A manutenção de bolsa de estudo é condicionada ao aproveitamento mínimo de bolsista, estabelecido em lei.

Art. 12 - Não serão concedidas subvenções às entidades que não sejam reconhecidas como de utilidade pública e que não dediquem suas atividades ao ensino, saúde, assistência social, cultura e associativismo.

Parágrafo único - Só se beneficiam de concessões de subvenções sociais as entidades que não visem lucros e que não remunerem seus diretores e ou presidentes.

Art. 13 - A Lei Orçamentária garantirá recursos aos programas de saneamento básico e de preservação ambiental, visando à melhoria da qualidade de vida da população.

Art. 14 - A Lei Orçamentária só contemplará dotação para início de obras após a garantia de recursos para pagamento das obrigações patrimoniais vencidas e dos débitos para com a



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

CEP 38.490-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

Previdência Social decorrentes de obrigações em atraso.

Art. 15 - Os recursos previstos na Lei Orçamentária sob o título de reserva de contingência serão superiores a um por cento da receita estimada para 1996.

Art. 16 - Os órgãos da administração descentralizada que recebem recursos do Tesouro do Município, apresentam seus orçamentos detalhados e acompanhados de memorial de cálculos, que justifiquem os gastos, até o dia 1º de agosto de 1995.

Art. 17 - Só serão contraídas operações de crédito, por antecipação de receitas, quando se configurar eminente falta de recursos que possa comprometer o pagamento de folha em tempo hábil.

§ 1º - A contratação de operações de crédito para fim específico somente se concretizará se os recursos forem destinados a programas de excepcional interesse público, observados os limites nos artigos 165 a 167, III, da Constituição Federal.

§ 2º - Qualquer dos casos de contratação de operações de crédito dependerá de prévia autorização legislativa.

Art. 18 - As compras e contratações de obras e serviços somente poderão ser realizadas havendo disponibilidade orçamentária e precedidas do respectivo processo licitatório, quando exigível, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei nº 8.883/94.

Art. 19 - O Poder Executivo encaminhará a proposta orçamentária ao Poder Legislativo, para apreciação, até 30 de setembro, deste ano e Plano Plurianual, até 31 de agosto do corrente, conforme previsto na emenda da Lei orgânica Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

CEP 38.490-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 20 - A proposta orçamentária será devolvida pelo Poder Legislativo ao Poder Executivo, para sanção, até 15 dias antes do encerramento do exercício anterior a que a proposta se refere.

Art. 21 - As despesas de capital serão programadas segundo as normas estabelecidas nesta Lei:

Parágrafo único - São prioridades para investimento em 1996 as ações delineadas neste artigo, observando a seguinte ordem: *de acordo com a*

- I - Gabinete e Secretaria do Prefeito
 - a - aquisição de equipamento e material permanente;
 - b - aquisição de um veículo.
- II - Departamento de Administração e Finanças
 - a - aquisição de equipamento, material permanente e acessórios de microcomputador;
 - b - aquisição de um veículo;
 - c - reforma e ampliação do Paço Municipal.
- III - Departamento de Serviços e Obras Públicas
 - a - aquisição de um trator com implementos, para atender aos pequenos produtores rurais;
 - b - aquisição de equipamentos e material permanente, para a manutenção de estradas vicinais;
 - c - extensão da rede de iluminação pública;



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

CEP 38.490-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

- d . iluminação do Cemitério Municipal São Vicente de Paula;
- e - construção de sarjetas, passeios, meios-fios, muros e pavimentação de vias urbanas;
- f - reforma, melhoramento e arborização de praças públicas;
- g - construção de pontes e abertura de estradas vicinais;
- h - aquisição e implantação de mata - burros;
- i - construção de uma casa residencial para zelador, no Centro Comunitário de Angico;
- j - reforma a melhoria da estação terminal rodoviária;
- l - construção de aterro sanitário;
- m - implantação de linhas privativas para canal de dados (sistema on - line);
- n - aquisição de equipamentos para manutenção de serviços públicos;
- o - reforma e ampliação de cadeia pública municipal, em convênio com a Secretaria de Estado da Segurança Pública;
- p - conclusão dos conjuntos habitacionais I e II;
- q - construção de velório municipal;
- r - aquisição de um caminhão;
- s - construção e instalação de salas para almoxarifado nas dependências de próprios públicos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

CEP 38.490-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

- t - construção do horto municipal ,
para produção de mudas para serem
distribuídas aos pequenos e médios
produtores rurais;
- u - construção de um galpão/ garagem
para o equipamento rodoviário;
- v - aquisição ou desapropriação de
imóveis para a implantação de obras
de interesse público;
- x - construção de postes de telefonia
comunitária na região de Angico.

IV

- Departamento Social
- a - restauração e revitalização da
Igreja Sant'Ana;
- b - reforma, ampliação e melhoramento
de prédios escolares do município;
- c - aquisição de máquinas e equipamen-
tos para os setores de educação e
cultura;
- d - aquisição de equipamentos para
transporte escolar;
- e - reforma a ampliação do prédio da
Creche Municipal Criança Feliz;
- f - aquisição de antiguidades e per-
tences para a preservação do
patrimônio histórico, artístico e
arqueológico;
- g - aquisição de playground para a
rede de ensino municipal;
- h - aquisição de instrumentos de so-
pro, percussão e utensílios para
a banda de música municipal;



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

CEP 38.490-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

- i - aquisição de equipamentos e material permanente para implantação da casa da cultura local;
- j - construção do terminal do trabalhador rural;
- l - reforma e ampliação de casa para população de baixa renda;
- m - construção de rede de abastecimento de água potável;
- n - conclusão do ginásio poliesportivo municipal;
- o - aquisição de equipamentos e material necessários à manutenção das atividades esportivas;
- p - reforma e ampliação do campo de futebol e das quadras poliesportivas;
- q - reforma e iluminação da quadra poliesportiva da Escola Municipal de Campo Alegre;
- r - construção de um campo de futebol no Centro Comunitário de Angico.

V

- Departamento de Saúde e Vigilância Sanitária
 - a - conclusão da rede de esgoto sanitário e galerias pluviais;
 - b - construção de estações de tratamento da rede de esgoto;
 - c - aquisição de equipamentos e instrumentos para atendimento médico e odontológico;
 - d - aquisição de máquinas, mobiliários e utensílios;



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

CEP 38.490-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

e - reforma, ampliação e melhoramento do prédio do hospital e dos postos de saúde municipais.

VI - Projetos financiados como recursos Vinculados a convênios com outras esferas de governo ou entidades.

VII - Encargos com a amortização da dívida contratada, previstos para 1996.

Art. 22 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 23 - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Indianópolis-MG, 12 de abril de 1995



JOSÉ MAURO STABILE
PREFEITO MUNICIPAL

Aprovado em 15/5/95
per unanimidade


Presidente da Câmara



PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

CEP 38.490-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

JUSTIFICATIVA

Sr. Presidente,
Srs. Vereadores,

O Projeto de Lei em tela, tem como finalidade , estabelecer as diretrizes gerais para elaboração do Orçamento do Município para o exercício de 1996.

A Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO, estabelece as metas e prioridades da Administração Municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro de 1996 e, orienta a elaboração da Lei Orçamentária anual, expressando assim, o direcionamento da política administrativa do município.

Sendo um ato normativo da administração municipal, estabelece um verdadeiro sistema orçamentário que, de forma hierarquizada, se interliga com o objetivo de dotar o setor público de um processo de planejamento orçamentário que espelhe um plano de governo racional a médio prazo.

Ao expressarmos de modo simplificado, as principais metas e prioridades desta Administração, para o Município, no exercício de 1996, solicitamos dos ilustres vereadores, na aprovação na íntegra do presente Projeto de Lei.

Prefeitura Municipal de Indianópolis-MG, 12 de
abril de 1995



JOSÉ MAURO STABILE
PREFEITO MUNICIPAL



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

CEP 38.490 — ESTADO DE MINAS GERAIS

Emenda nº 4

Processo nº: 251/95

Assunto: Projeto de Lei nº 168/95

Autor: Vereador José Helvécio

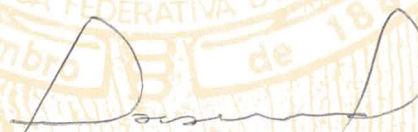
Artigo único. Introduza-se no Projeto de Lei nº 168/95, onde couber, artigo com a seguinte redação, renumerando-se os demais:

" **Art.** . A criação e ocupação de cargos e/ou empregos públicos deverão condicionar-se às prioridades elencadas no parágrafo único do art. 21 desta Lei."

Justificativa

A previsão genérica no corpo da lei orçamentária oferece margem para a contratação de pessoal em setores dissociados das prioridades fixadas pela LDO. Assim, associar cargos a projetos enumerados nesta Lei visa garantir a execução destes últimos. Caso contrário, de que vale construir, por exemplo, uma escola se a prefeitura usa de disponibilidades orçamentárias para contratar servidores que atuarão em outros setores?

Sala das Sessões, 5 de maio de 1995.


José Helvécio Fernandes de Rezende
Vereador

Obs: Retirada em 15/5/95



CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS

CEP 38.490 — ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENDA Nº 5

Processo nº: 251/95

Assunto: Projeto de Lei nº 168/95

Autor: Vereador José Helvécio


Artigo único. Acrescente-se no Projeto de Lei nº 168/95, onde couber, o artigo que se segue, renumerando-se os demais:

" Art. . Os Poderes Executivo e Legislativo do Município farão publicar, até o décimo quinto dia do mês subsequente ao trimestre vencido, por unidade orçamentária, demonstrativos da despesa com a remuneração de seus servidores, por cargo ou função, realizada no trimestre anterior, evidenciando os quantitativos físicos, os vencimentos, as vantagens de qualquer espécie e as gratificações pagas por funções".

Justificativa

A publicação trimestral dessas informações contribuirá para uma maior transparência dos atos da administração, principalmente daqueles relativos aos servidores, facilitando, assim, o seu controle pela sociedade.

Sala das Sessões, 8 de maio de 1995.


José Helvécio Fernandes de Rezende
Vereador

Obs: Retirada em 15/5/95